

**FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO
SANTANDER OBRIGAÇÕES CURTO PRAZO**

RELATÓRIO E CONTAS REFERENTE AO PERÍODO
FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021

RELATÓRIO E CONTAS REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021

<u>CONTEÚDO</u>	<u>PÁGINA</u>
I - RELATÓRIO DE GESTÃO.....	3
II - RELATÓRIO DE AUDITORIA.....	17
III - BALANÇO DO FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO - SANTANDER OBRIGAÇÕES CURTO PRAZO REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021	23
IV - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO - SANTANDER OBRIGAÇÕES CURTO PRAZO REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021	26
V - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO - SANTANDER OBRIGAÇÕES CURTO PRAZO REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021	28
VI - DIVULGAÇÕES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2021	30
Nota 1 – Capital do Fundo.....	31
Nota 3 – Carteira de Títulos.....	32
Nota 4 – Princípios Contabilísticos e Critérios Valorimétricos.....	35
Nota 12 – Exposição ao Risco de Taxa de Juro	37
Nota 14 – Perdas Potenciais em Produtos Derivados.....	38
Nota 15 – Custos Imputados.....	38
Nota 16 – Comparabilidade das demonstrações financeiras.....	39
Nota 17 – Factos relevantes (Pandemia Covid19).....	39

I - RELATÓRIO DE GESTÃO

Relatório do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Santander Obrigações Curto Prazo

Enquadramento Macroeconómico

Economia Internacional

Mais de um ano volvido sobre o início da pandemia, os seus efeitos continuam a ser sentidos sobre a economia mundial, com novas vagas a afetarem a generalidade dos países, durante o primeiro semestre de 2021.

Contudo, as medidas de política económica implementadas pelos Governos e pelos bancos centrais, assim como a capacidade de adaptação pelos agentes económicos, e o rápido avanço no processo de vacinação (na Europa e nos EUA) mitigaram, em grande medida os efeitos adversos das sucessivas vagas pandémicas. Deste modo, a recuperação em curso prosseguiu, a diferentes velocidades, mas sem estar comprometida.

As mais recentes projeções efetuadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), na atualização de julho do “World Economic Outlook”, são exemplificativas dessa capacidade de ajustamento e de recuperação, embora evidenciem também as diferenças e os riscos latentes, decorrentes, quer da capacidade de adoção de medidas de apoio económico, quer, e em particular, da dinâmica do processo de vacinação.

Por um lado, a economia mundial poderá crescer 6,0% em 2021, de acordo com o FMI, mantendo a previsão realizada em abril. No entanto, existem

Crescimento Económico Mundial

Mundo	-3,2	6,0	4,9
Países Avançados	-4,6	5,6	4,4
EUA	-3,5	7,0	4,9
UEM	-6,5	4,6	4,3
Reino Unido	-9,8	7,0	4,8
Japão	-4,7	2,8	3,0
Países em Desenvolvimento	-2,1	6,3	5,2
África	-1,8	3,4	4,1
Ásia	-0,9	7,5	6,4
China	2,3	8,1	5,7
Europa de Leste	-2,0	4,9	3,6
Médio Oriente	-2,6	4,0	3,7
América Latina	-7,0	5,8	3,2
Brasil	-4,1	5,3	1,9

Fonte: FMI (julho de 2021)

diferenças, com uma revisão em alta para as economias avançadas, em contrapartida de uma revisão em baixa para as economias em desenvolvimento, onde a consolidação da recuperação é travada pelos atrasos no processo de vacinação.

Os EUA são a economia onde o processo de recuperação se está a processar mais rapidamente, com um sólido ritmo de recuperação (+6,4% de crescimento trimestral anualizado no 1.º trimestre de 2021). Esta dinâmica decorre de, por um lado, as restrições à mobilidade e o encerramento de atividades terem sido menos pronunciadas do que ocorreu, por exemplo, na Europa e, por outro lado, pelos vários pacotes de estímulos adotados pelas autoridades. Aqui destaca-se o plano no importe de 1,9 trilhões de dólares, executado a partir de março, e que incluía um apoio direto às famílias de até 1,4 mil dólares por pessoa (sendo já o 3.º “cheque”, após um primeiro de 1,2 mil dólares no 2T2020, e outro de 600 dólares, em dezembro passado).

Contudo, o impacto desse crescimento no mercado de trabalho tem sido forte, mas ainda não foram retomados os níveis de desemprego pré-pandemia. A taxa de desemprego, em junho de 2021, situava-se em 5,9%, acima dos 3,9% observados em fevereiro de 2020.

Na zona euro, o processo de recuperação revela-se mais gradual, mas a ganhar tração. A retoma foi atrasada por uma vaga pandémica, no início de 2021, que exigiu novas medidas restritivas, mas já diferenciadas entre países, não havendo um novo confinamento geral e/ou encerramento de atividades de forma generalizada.

As projeções do FMI acompanham a visão mais otimista do BCE, com um crescimento forte em 2021. As medidas restritivas aplicadas no primeiro trimestre do ano atrasaram a recuperação, em especial nos países onde o turismo tem um maior contributo para o PIB, devido às limitações sobre as viagens turísticas. Apenas no final do semestre, com o avanço na vacinação e a entrada em vigor do “certificado digital de vacinação” foi perceptível uma maior reanimação da atividade turística.

No entanto, as medidas adotadas pelos governos europeus mitigaram os principais efeitos adversos sobre o mercado laboral, com um aumento mais limitado da taxa de desemprego. Conjugado com um aumento generalizado da taxa de poupança, existem condições para apoiar a recuperação do consumo privado.

A Comissão Europeia e o Conselho aprovaram já a maioria dos planos nacionais de recuperação e resiliência, podendo os primeiros fundos começar a chegar aos Estados-membros ainda durante o Verão, o que poderá contribuir para alavancar a recuperação. O Mecanismo de Recuperação e Resiliência tem um envelope financeiro de 750 mil milhões de euros, equivalente a cerca de 5% do PIB europeu, para ser executado até 2026.

Nas economias emergentes, refere o FMI que a recuperação está mais atrasada, em grande medida fruto da dinâmica de vacinação, já que as restrições globais sobre a atividade foram, na globalidade, menos adversas, mas também os apoios públicos foram menores.

Esta diferença na vacinação, em termos de acesso a vacinas e de capacidade de inoculação, pode vir a constituir um fator de risco, ao contribuir para manter o vírus em circulação, assim criando as condições para o surgimento de novas variantes, que afetem mesmo populações com uma elevada percentagem de indivíduos com vacinação completa (como ocorre, em julho, com a variante delta).

A política monetária executada pelos principais bancos centrais continuou a ser expansionista, incluindo a orientação passada aos agentes económicos. Com efeito, além dos baixos níveis de taxas de juro de referência, foram mantidos os programas de aquisição de ativos financeiros (em especial na zona euro) e foi sinalizado que os bancos centrais poderiam aceitar inflação mais elevada, durante algum tempo, antes de iniciar a reversão dos estímulos atualmente em vigor.

O BCE, já em julho, comunicou também as conclusões da revisão da estratégia da política monetária, um processo que tinha iniciado ainda antes da pandemia. A principal alteração prende-se com a revisão da definição de estabilidade de preços, que passa a ser de inflação em 2,0% (ao invés do anterior “próximo, mas abaixo de 2%). Daqui resulta uma simetria no objetivo, facilitando a atuação do

BCE quando a inflação se situe abaixo de 2%. Por outro lado, permite acomodar subidas temporárias da inflação, que não afetem o horizonte de médio prazo.

Este revelou-se um tema marcante nos mercados financeiros, pois os preços no consumidor aceleraram no primeiro semestre, em especial nos EUA, alimentando o debate sobre o surgimento de pressões inflacionistas.

A subida de preços reflete a conjugação de vários fatores, incluindo efeitos de base (por quedas de preços de alguns bens e serviços quando do início da pandemia, em 2020), e efeitos decorrentes da mais rápida recuperação da atividade, em 2021, sem capacidade de resposta pelos produtores, com a subida dos preços de metais, de cereais e também do custo de transporte. O preço do petróleo subiu igualmente, para máximos desde 2018. A OPEP acordou um aumento de produção, mas com efeitos limitados sobre o preço (a 75 dólares por barril, a final de julho).

Os mercados de rendimento fixo reagiram inicialmente à aceleração da inflação, sobretudo com uma subida das *yields* de mais longo prazo, mas que viria a ser revertida, com a mensagem de estabilidade de política pelos bancos centrais. Nos EUA, a *yield* dos 10 anos atingiu um máximo de 1,7%, posteriormente corrigindo para 1,3% no final de julho. Na Alemanha, as taxas de juro permaneceram em terreno negativo, mas em maio a *yield* a 10 anos ascendeu a -0,1%, corrigindo posteriormente para -0,4% no final de julho. Na zona euro, o BCE tem mantido o seu programa de aquisição de ativos (o PEPP – Pandemic Emergency Purchase Programme), apesar da quase constante discussão sobre o ritmo mensal de aquisições.

Economia Portuguesa

Dados Macroeconómicos

	2020	2021 E	2022 P
PIB	-7,6	3,8	4,1
Consumo Privado	-5,8	1,1	3,6
Consumo Público	0,4	2,2	2,2
Investimento	-4,7	11,0	6,0
Exportações	-18,6	11,6	9,6
Importações	-11,9	9,6	8,8
Inflação média	0,1	0,3	0,4
Desemprego	7,0	7,7	7,5
Saldo Orçamental (% do PIB)	-5,7	-4,0	-2,5
Dívida pública (% do PIB)	133,7	130,0	123,0
Bal. Corrente e Capital (% do PIB)	0,1	0,3	0,4

Fonte: INE, Banco de Portugal, Min. Finanças; Previsões: BdP e Estudos Santander Portugal

Em Portugal, a dinâmica de crescimento foi similar, embora com um ligeiro atraso, no primeiro trimestre, devido ao agravamento da situação pandémica que requereu um novo confinamento geral entre 10 de janeiro e 15 de março, com o encerramento das atividades não essenciais. O PIB, assim, contraiu em cadeia nos três primeiros meses de 2021, após a estagnação verificada no último trimestre de 2020.

No segundo trimestre, houve já um crescimento mais forte, com uma recuperação relativamente generalizada da atividade.

No segundo trimestre, o PIB já cresceu 15,5% em termos homólogos (beneficiando de um crescimento em cadeia de 4,9%), consolidando a dinâmica de recuperação. Esta tendência é validada pela evolução do indicador diário de atividade calculado pelo Banco de Portugal, mas que revela que, em julho, a atividade não recuperou ainda os níveis de 2019.

Isso é reflexo da evolução da atividade turística, cuja recuperação mais lenta era já expectável, e que no primeiro semestre está mesmo abaixo dos níveis de 2020. Só em julho se ultrapassou a marca de 50% da população adulta com pelo menos uma dose de vacina, altura também em que entrou em vigor o certificado digital de vacinação, destinado a facilitar a circulação das pessoas totalmente imunizadas dentro da UE. As restrições em termos de eventuais períodos de quarentena apenas são levantadas para quem tenha esquema vacinal completo.

Assim, a evolução das exportações de serviços está a mitigar os efeitos positivos da boa performance das exportações de bens que, no segundo trimestre, se situaram mesmo acima dos níveis de 2019.

O investimento evidenciou igualmente sinais de recuperação. A atividade de construção nunca parou, aliás como tinha ocorrido durante o primeiro confinamento. O investimento produtivo, em máquinas, equipamentos e material de transporte também continuou a recuperação, em linha com as vendas de veículos comerciais e com a importação de bens de investimento.

O consumo privado beneficiou igualmente do desconfinamento, em especial ao nível da despesa discricionária das famílias, em bens duradouros e em bens e serviços não alimentares. A despesa de consumo encontrou suporte, por um lado, na evolução do mercado laboral e, por outro, na poupança acumulada nos últimos trimestres.

As medidas públicas de apoio ao mercado de trabalho permitiram minimizar os impactos adversos da pandemia sobre o desemprego, que se manteve em redor de 7%, na primeira metade de 2021.

A taxa de poupança das famílias subiu para 14,2% do rendimento disponível, no primeiro trimestre, um máximo de duas décadas, e que foi acompanhada de um aumento dos ativos financeiros das famílias. Esta almofada permitiu, por um lado, retomar o consumo, uma vez reabertas as atividades, e também acomodar o término da moratória privada (APB) sobre o crédito.

As moratórias (estando ainda em vigor a moratória legal, abrangendo ainda 37,5 mil milhões de euros no final de junho), e as linhas de crédito com garantia do Estado concedidas a empresas explicam parte do aumento do endividamento do setor privado (a que se junta o efeito denominador, decorrente da queda do PIB), mas o crédito hipotecário continuou também a evoluir positivamente com um aumento da nova produção mensal para os níveis mais elevados desde 2008, acima de mil milhões mensais.

O endividamento do setor privado não financeiro aumentou para 203% do PIB (+15pp face ao 1T20), no primeiro trimestre. No segundo trimestre, poderá reduzir-se, por efeito denominador, como já ocorreu com a dívida pública, cujo rácio face ao PIB se reduziu em 5pp no segundo trimestre, para 132,8% do PIB, embora ainda acima dos níveis pré-pandemia (117% no final de 2019).

As medidas públicas de apoio, assim como a recessão decorrente da pandemia, tiveram claros impactos sobre a execução orçamental. No 1.º trimestre, o saldo das administrações públicas registou um défice de 5,7% do PIB, com a dinâmica a ser explicada pela diminuição da receita fiscal (em especial impostos indiretos) e pelo aumento da despesa, em consumos intermédios, pessoal e

prestações sociais, mas especialmente em subsídios (apoios à atividade económica e manutenção do emprego).

Como referido anteriormente, a dinâmica das taxas de juro de financiamento da República refletiu as medidas do Banco Central Europeu, em especial decorrentes do PEPP. A *yield* dos 10 anos, que em maio atingiu um máximo de 0,6%, situava-se em 0,2% no final de julho.

A notação de risco da República atribuída pelas agências S&P, Fitch e Moodys é de BBB (estável), BBB (estável) e Baa3 (positivo), respetivamente. A agência DBRS mantém o rating BBB high (estável).

Política de investimento

O fundo Santander Obrigações Curto Prazo segue uma política de investimentos conservadora, já que mais de 50% da carteira está investida em ativos com vencimento inferior a 1 ano.

Durante os primeiros meses de 2021 a gestão manteve a alocação a depósitos estável, num nível próximo a 8%, em virtude das taxas de remuneração obtidas estarem muito próximas de 0%. A restante carteira esteve investida na sua maioria em obrigações de empresas de taxa fixa, embora o seu peso tenha diminuído de 28% para 22%, e uma pequena parte esteve investida em papel comercial, tanto português como espanhol (7,5%), uma vez que este tipo de ativos oferece uma melhor rendibilidade no curto prazo. Os restantes ativos são obrigações de taxa variável com maturidades inferiores a um ano. Por outro lado, mais de 20% da carteira é composta por ativos com vencimento superior a 2 anos, estando estes investidos em obrigações de empresas tanto de taxa fixa (15%) como taxa variável (9%). Os emissores dos ativos com maior vencimento são de melhor qualidade, para diminuir a volatilidade do fundo. A *duration* da carteira do fundo manteve-se, durante o semestre, em níveis entre os 9-11 meses e o vencimento médio dos ativos manteve-se em níveis próximos dos 1,20 anos.

O mercado de taxa fixa teve um comportamento bastante estável durante o semestre.

Todas as obrigações são denominadas em Euros, pelo que não existe risco cambial.

Evolução das Unidades de Participação

A evolução histórica das Unidades de Participação do Fundo e o respetivo valor unitário das mesmas nos últimos 10 anos foi a seguinte:

Classe A

Ano	Número de Unidades de Participação	Valor da Unidade de Participação (€)
2011	7 978 055	10,7421
2012	10 474 667	11,1150
2013	18 043 548	11,2749
2014	12 795 848	11,1860
2015	10 549 615	11,2346
2016	17 009 171	11,2581
2017	23 278 425	11,2814
2018	13 275 857	11,1748
2019	9 618 997	11,2363
2020	8 367 151	11,2547

Em 30 de junho de 2021, o valor líquido global do Fundo da classe A ascendia a 89 523 858,88 euros, repartidos por 7 965 377 unidades de participação, sendo o valor unitário de cada unidade de participação de 11,2391 euros.

Classe C

Ano	Número de Unidades de Participação	Valor da Unidade de Participação (€)
2018	4 029 614	4,9674
2019	4 452 329	5,0056
2020	7 975 277	5,0248

Em 30 de junho de 2021, o valor líquido global do Fundo da classe C ascendia a 42 890 875,10 euros, repartidos por 8 538 404 unidades de participação, sendo o valor unitário de cada unidade de participação de 5,0233 euros.

Performance

A evolução histórica das rendibilidades e risco do Fundo foi a seguinte:

Classe A

Ano	Rendibilidade	Risco	Classe de Risco
2010	-0,15%	1,18%	1
2011	-0,47%	0,82%	1
2012	3,46%	0,69%	1
2013	1,45%	0,65%	2
2014	-0,79%	1,50%	2
2015	0,44%	0,18%	1
2016	0,20%	0,24%	1
2017	0,21%	0,74%	2
2018	-0,95%	0,69%	2
2019	0,55%	0,22%	2
2020	0,16%	1,23%	2

À data de 30 de junho de 2021, a rentabilidade da classe A é de 0,46% e a classe de risco é de 1 (dados referentes aos últimos 12 meses).

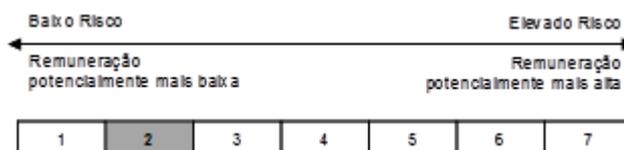
Classe C

Ano	Rendibilidade	Risco	Classe de Risco
2019	0,77%	0,61%	2
2020	0,38%	1,23%	2

Fonte: APFIPP

À data de 30 de junho de 2021, a rentabilidade da classe C é de 0,68% e a classe de risco é de 1 (dados referentes aos últimos 12 meses).

Nota: As rentabilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rentabilidade futura, porque o valor das unidades de participação pode aumentar ou diminuir em função do Indicador Sintético de Risco que varia entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo).



Comissões suportadas pelo Fundo e Participantes

Nos últimos 3 anos:

- Não houve alterações significativas ao nível dos custos suportados pelo Fundo, nomeadamente custos de transação, taxa de supervisão e custos com o Revisor Oficial de Contas.
- De referir que foram criadas duas categorias de unidades de participação sendo, que para as unidades de participação – categoria A a comissão de gestão prevista para 2018 seria de 1,29%, contudo no decorrer de 2018 foi considerado manter a taxa aplicada nos últimos anos de 0,30% e, para as unidades de participação – categoria C a comissão de gestão é de 0,09%.
- O fundo passou a suportar comissões de manutenção de saldos de conta desde o mês de Agosto 2020.

Custos e Proveitos

Descritivo	2021-06-30	2020-06-30	Variação	
			Absoluta	Relativa
Proveitos				
Juros e Proveitos Equiparados	942 081	738 308	203 773	28%
Rendimento de Títulos	0	0	0	n.a.
Ganhos em Operações Financeiras	886 488	1 884 700	-998 212	-53%
Reposição e Anulação de Provisões	0	0	0	n.a.
Outros Proveitos e Ganhos Correntes e Eventuais	6 218	17 992	-11 774	-65%
Total	1 834 787	2 641 000	-806 213	-31%
Custos				
Juros e Custos Equiparados	272 387	287 034	-14 646	-5%
Comissões e Taxas	201 966	192 849	9 117	5%
Comissão de gestão	152 340	159 270	-6 929	-4%
Comissão de depósito	23 032	21 479	1 552	7%
Outras comissões e taxas	26 594	12 100	14 494	120%
Perdas em Operações Financeiras	1 458 093	2 671 841	-1 213 748	-45%
Impostos	40 568	38 098	2 469	6%
Provisões para encargos	0	0	0	n.a.
Outros Custos e Perdas Correntes e Eventuais	2 038	1 895	143	8%
Total	1 975 052	3 191 717	-1 216 665	-38%
Resultado do Fundo	-140 265	-550 718	410 453	-75%

Demonstração do Património

Descritivo	2021-06-30	2020-12-31
Valores mobiliários	112 132 237	114 641 927
Saldos bancários	19 688 013	18 877 424
Outros ativos	656 142	785 100
Total dos ativos	132 476 393	134 304 451
Passivo	61 659	60 109
Valor Líquido do OIC	132 414 734	134 244 342

Evolução dos ativos sob gestão

Descritivo	30.06.21		31.12.20	
	Valor	Peso Relativo	Valor	Peso Relativo
VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS	103 162 617	77,87%	113 077 002	84,19%
M.C.O.B.V. Portuguesas	8 948 211	6,75%	5 489 335	4,09%
M.C.O.B.V. Estados Membros UE	77 049 495	58,16%	98 523 441	73,36%
M.C.O.B.V. Estados Não Membros UE	17 164 911	12,96%	9 064 226	6,75%
OUTROS VALORES	9 625 378	7,27%	2 349 573	1,75%
Papel Comercial	9 625 378	7,27%	2 349 573	1,75%
UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO	-	0,00%	-	0,00%
OIC domiciliados em Portugal	-	0,00%	-	0,00%
OIC domiciliados Estado membro UE	-	0,00%	-	0,00%
OPERAÇÕES SOBRE COTAÇÕES	-	0,00%	-	0,00%
Em Mercado Regulamentado	-	0,00%	-	0,00%
Total do ativo	132 476 393	85,14%	134 304 451	85,94%

Valorimetria

Para dar cumprimento ao disposto no artigo 42.º do Regulamento CMVM n.º 2 / 2015, a SAM SGOIC, enquanto entidade responsável pela gestão do OIC identifica os seguintes critérios e metodologias

Relatório e Contas referente ao período findo em 30 de Junho de 2021

adotados e os pressupostos utilizados para a valorização das diferentes categorias de ativo que integrem a carteira, com especial destaque para os valores não negociados em mercado regulamentado ou equiparados.

1. VALORES MOBILIÁRIOS

O valor da unidade de participação dos OIC geridos é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo, à soma dos valores que o integram, o montante de comissões e encargos suportados até ao momento da valorização da carteira. Para efeitos de valorização dos ativos que integram o património do OIC, as 17 horas GMT representam o momento de referência relevante do dia.

As fontes de preços são obtidas via sistema Bloomberg através da aplicação Data License, sem prejuízo de, segundo o tipo de ativo a avaliar, se utilizarem outros canais, como informações remetidas por market makers (email, correio) ou divulgadas em websites, ou outros.

Como regra, os valores mobiliários referidos na política de investimentos deverão ser admitidos à negociação no Mercado Regulamentado de qualquer Estado-membro da União Europeia, podendo ainda ser admitidos à negociação noutros mercados, nomeadamente, e a título de exemplo: NYSE, Bolsa de Valores de Zurique, Bolsa de Valores de Tóquio e Bolsa de Valores de São Paulo.

FUNDOS DE INVESTIMENTO DE TERCEIROS

O presente número aplica-se a todos os fundos não geridos pela SAM SGOIC – Fundos de Investimento geridos por terceiros, nomeadamente, Fundos Mobiliários, Exchange Trade Funds (ETFs), Fundos de Investimento Alternativo, Private Equity, Fundos de Investimento Imobiliário, Fundos de Capital de Risco, entre outros.

Em relação aos Fundos Mobiliários, não geridos pela SAM, e ETFs obtém-se a valorização através da Bloomberg utilizando o valor da última unidade de participação disponível no momento de referência relevante do dia, que em regra coincide com o valor de fecho do dia anterior (d-1).

Para os restantes tipos de fundos mencionados, como norma utiliza-se a informação disponibilizada pela sociedade gestora dos mesmos, via website, email, correio ou outro tipo de informação que permita aferir o valor a utilizar.

TÍTULOS DE DÍVIDA (OBRIGAÇÕES)

No caso de valores representativos de dívida, e quando a SAM considera que, por falta de representatividade das transações realizadas no mercado em que esses valores estejam cotados ou admitidos à negociação, a cotação não reflète o seu presumível valor de realização, ou nos casos em que esses valores não estejam admitidos à cotação ou negociação numa bolsa de valores ou mercado regulamentado, será utilizada a cotação que de acordo com os critérios implementados na SAM

melhor reflita o presumível valor de realização dos títulos em questão (bid price), no momento de referência relevante do dia.

A cotação dos títulos de dívida será obtida com recurso a:

1) Sistemas internacionais de informação de cotações como a Bloomberg (via Data License), onde a seleção dos contribuidores é feita com base naqueles que se consideram melhor refletirem a informação disponível no mercado, sendo sempre uma oferta presumível do valor de realização. Neste caso, também se aplica o mesmo critério de utilização do último preço disponível no momento de referência relevante do dia.

2) Junto de market makers que a SAM escolha, onde será utilizada a melhor oferta de compra dos títulos em questão, ou na impossibilidade da sua obtenção o valor médio das ofertas de compra.

Em ambas as situações referidas em 1) e 2) têm que ser observados os seguintes pressupostos:

- Excluem-se as ofertas de compra firmes de entidades que se encontram em relação de domínio ou de grupo com a SAM SGOIC;
- Desconsideram-se médias que incluam valores cuja composição e/ou critérios de ponderação sejam desconhecidos, tais como, BVAL, BGN.

No caso de instrumentos representativos de dívida, serão ainda considerados os seguintes mercados especializados: Mercado especial de dívida pública (MEDIP); MTS; outros mercados não regulamentados, com sistemas de liquidação reconhecidos e de utilização corrente, tais como Clearstream ou Euroclear, onde estejam salvaguardadas as condições que têm como objetivo assegurar a liquidez e a adequada avaliação dos títulos objeto de transação.

3) Na situação de indisponibilidade do referido nos pontos 1. e 2., poderão ocorrer duas situações distintas:

- Títulos que são valorizados com preços fornecidos por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que estas entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos dos artigos do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora. Estes preços podem ser extraídos de páginas da Bloomberg ou recebidos via correio eletrónico;
- Aplicação de modelos teóricos que a SAM considere apropriado, atendendo às características do título. A título de exemplo, descontando os fluxos de caixa estimados para a vida remanescente do título a uma taxa de juro que reflita o risco associado ao ativo. Com o objetivo de aferir da validade e fiabilidade do modelo, recorre-se à comparação direta com

títulos semelhantes. A aprovação destes modelos é da competência do Comité de Riscos da SAM.

2. INSTRUMENTOS DO MERCADO MONETÁRIO

Para instrumentos do mercado monetário representativos de dívida, que sejam líquidos e transacionáveis, nomeadamente os bilhetes do tesouro, normalmente utilizam-se as cotações obtidas através de Sistemas internacionais de informação de cotações como a Bloomberg (via Data License), seguindo os critérios já explicados para os títulos representativos de dívida.

Para os restantes instrumentos do mercado monetário, com prazo inferior a um ano, cujo valor possa ser determinado com precisão a qualquer momento, nomeadamente, certificados de depósito, papel comercial, e depósitos a prazo, a sua valorização será efetuada, na falta de preços de mercado, com base no reconhecimento diário do rendimento inerente à operação.

3. INSTRUMENTOS DERIVADOS

Os instrumentos financeiros derivados cotados deverão ser negociados em Bolsas e mercados regulamentados da União Europeia. Acessoriamente poderá investir ainda nos mercados CBOT, EUREX, Hong Kong Futures Exchange, Tokyo International Financial Futures Exchange e LIFFE.

O OIC poderá ainda transacionar instrumentos financeiros derivados fora de mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral desde que satisfaça os seguintes requisitos:

1. Os ativos subjacentes sejam instrumentos financeiros tais como índices financeiros, taxas de juro, de câmbio ou divisas nos quais o fundo possa efetuar as suas aplicações, nos termos dos documentos constitutivos;
2. As contrapartes nas operações sejam instituições autorizadas e sujeitas a supervisão prudencial, de acordo com critérios definidos pela legislação da União Europeia, ou sujeitas a regras prudenciais equivalentes; e
3. Os instrumentos estejam sujeitos a avaliação diária fiável e verificável e possam ser vendidos, liquidados ou encerrados a qualquer momento pelo seu justo valor, por iniciativa do fundo.

Na valorização de instrumentos derivados admitidos à negociação em mercados regulamentados, utilizar-se-á a última cotação divulgada pelos respetivos mercados no momento de referência relevante do dia. Não existindo cotação porque se trata de um instrumento derivado não admitido à negociação, ou no caso de a cotação existente não ser considerada representativa pela SAM, esta seguirá um dos dois métodos:

- 1) Os valores disponíveis no momento de referência do dia em que se esteja a proceder à valorização da carteira do OIC das ofertas de compra e venda difundidas por um market maker da escolha da Sociedade Gestora;

- 2) Valores obtidos utilizando modelos teóricos que, no entender da Sociedade Gestora sejam considerados adequados às características do instrumento a valorizar. Estes modelos consistem na atualização dos cash-flows futuros para calcular o valor atual das posições em carteira, líquidos dos pagamentos a efetuar, descontados às taxas de juro implícitas na curva de rendimentos para o período de vida do instrumento em questão.

4. CÂMBIOS

No que respeita à valorização cambial, os ativos denominados em moeda estrangeira serão avaliados em função das últimas cotações conhecidas no momento de referência relevante do dia de valorização, divulgadas pelo Banco de Portugal, ou alternativamente, por agências internacionais de informação financeira mundialmente reconhecidas, como a Bloomberg.

A valorização dos forwards cambiais é feita diariamente, calculando o diferencial entre a taxa cambial contratada e a taxa spot.

Erros de valorização

No exercício económico findo a 30 de junho de 2021 não há publicidade de erros na valorização das unidades de participação do organismo de investimento coletivo, conforme divulgado no site da CMVM.

Factos Relevantes

Impactos na área de negócio dos Organismos de Investimento Coletivo – Declaração do Estado de Pandemia COVID 19 e Estado de Emergência em Portugal

1) Ativação do Plano de Contingência

O Plano de continuidade de Negócio que a SAM SGOIC manteve ativo durante a maior parte do ano 2020, continuou vigente no primeiro semestre de 2021.

Em face da deterioração da situação pandémica e das novas orientações do Governo (com o aumento dos casos de covid-19, foram adotadas regras mais rigorosas incluindo Lisboa, sendo obrigatório o recurso ao teletrabalho a partir de início de Novembro de 2020 – RCM nº 92-A/2020 e DL n.º 94-A/2020 de 3 de novembro, que alterou as medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID -19), a SAM manteve a generalidade dos colaboradores ao regime de teletrabalho a partir de Novembro 2020.

Em face da deterioração da situação pandémica, de um novo decretamento do Estado de Emergência a 6 de Novembro de 2020 (Decreto do Presidente da República n.º 51-U/2020) e das novas orientações do Governo (com o aumento dos casos de covid-19, foram adotadas regras mais rigorosas incluindo, ser obrigatório o recurso ao teletrabalho a partir de início de Novembro de 2020 – RCM nº 92-A/2020 e DL n.º 94-A/2020 de 3 de novembro, que alterou as medidas excecionais e

temporárias relativas à pandemia da doença COVID -19), pelo que a Sociedade voltou a adiar o retorno dos colaboradores às instalações físicas.

Mantendo-se o cenário de Estado de Emergência desde essa data até 31 de Março de 2021, a Sociedade Gestora foi sucessivamente forçada a adiar o plano de regresso/retorno dos colaboradores, mantendo o regime de teletrabalho para dar cumprimento às orientações para o recurso ao teletrabalho, tendo em conta que o normativo do referido Decreto-Lei nº 79-A/2020 se manteve em vigor, estando já prorrogado até 31 de Dezembro de 2021.

A declaração do estado de pandemia constituiu um teste à robustez do modelo de controlo interno implementado, quer ao nível de procedimentos, com as necessárias adaptações de alguns processos de forma a garantir o nível de efetividade esperado para o perfil de risco da entidade Gestora, quer ao nível das respostas a providenciar a clientes, entidades reguladores e acionista, e em face de ausência de incidências relevantes, conclui-se que o modelo se revelou robusto em face de situações extremas não anteriormente testadas.

2) Impacto nas Demonstrações Financeiras

O Conselho de Administração da Sociedade Gestora continuará a acompanhar a evolução da situação económica nacional e internacional e os seus efeitos nos mercados financeiros, considerando que as atuais circunstâncias decorrentes da pandemia não tem impactos significativos nas Demonstrações Financeiras do Fundo.

3) Reconsideração da Continuidade

O Conselho de Administração da Sociedade Gestora continuará a acompanhar a evolução da situação económica nacional e internacional e os seus efeitos nos mercados financeiros, considerando que as atuais circunstâncias decorrentes da pandemia não colocam em causa a continuidade das operações do Fundo.

Outros Factos Relevantes

A 7 de maio de 2021 foi efetuada a fusão do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Obrigações Popular Obrigações Curto Prazo com este OIC.

Eventos subsequentes

Para o período ocorrido entre o termo do período de relato (30 de junho de 2021) e o da elaboração do presente Relatório, não existiu nenhum evento assinalável.

Lisboa, 27 de agosto de 2021

II - RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações Santander Obrigações de Curto Prazo** (ou Fundo), gerido pela Santander Asset Management - SGOIC, SA (a Sociedade Gestora), que compreendem o balanço, em 30 de junho de 2021 (que evidencia um total de 132 476 393 euros e um total de capital do Fundo de 132 414 734 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 140 265 euros), a demonstração dos resultados, e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao semestre findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do **Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações Santander Obrigações de Curto Prazo**, em 30 de junho de 2021, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao semestre findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras* abaixo. Somos independentes do Fundo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Conforme divulgado nas demonstrações financeiras, nos termos do artigo 27º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo, em 7 de maio de 2021, o Fundo incorporou por fusão o património do Fundo Popular Obrigações Curto Prazo - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações. A nossa opinião não é modificada com respeito a esta matéria.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Matérias relevantes de auditoria	Síntese da resposta de auditoria
Valorização da carteira de títulos	
<p>A carteira de títulos corresponde a cerca de 85% do ativo. O valor dos títulos em carteira é determinado com base nas cotações oficiais e na avaliação efetuada pela sociedade gestora aos títulos não cotados.</p> <p>A consideração desta matéria como relevante para auditoria tem por base a materialidade dos ativos e o risco associado à utilização de pressupostos, estimativas e projeções na valorização de títulos não cotados e eventuais impactos da evolução da pandemia Covid-19.</p> <p>As divulgações relacionadas com a composição e valorização dos títulos em carteira são descritos no Relatório de Gestão e nas notas 3 e 4 e do Anexo às demonstrações financeiras.</p>	<p>A resposta do auditor envolveu, essencialmente, a execução de testes de conformidade ao processo de importação e registo das cotações diárias dos títulos em carteira.</p> <p>Testes substantivos para validação da valorização dos títulos em carteira, com base: (i) nas cotações oficiais; e (ii) na validação da metodologia e avaliação da razoabilidade da informação utilizada para a valorização dos títulos não cotados.</p> <p>Acompanhamento dos impactos e divulgações relacionadas com a pandemia Covid-19.</p>

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Sociedade Gestora é responsável pela: (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Fundo de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário; (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares; (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro; (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e (v) avaliação da capacidade do Fundo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Sociedade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Fundo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade Gestora do Fundo;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Fundo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Fundo descontinue as suas atividades;
- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- (vi) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Sociedade Gestora, entre outros assuntos, o âmbito e o planeamento da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- (vii) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Sociedade Gestora, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- (viii) declaramos ao órgão de fiscalização da Sociedade Gestora que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras e a pronúncia sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Nos termos do artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- (i) fomos nomeados auditores do Fundo pela primeira vez pelo órgão de gestão da Sociedade Gestora para um mandato compreendido entre 2016 e 2018. Em 31 de maio de 2019, fomos nomeados para um novo mandato compreendido entre 2019 e 2021;
- (ii) o órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em

resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;

- (iii) confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Sociedade Gestora do Fundo em 30 de agosto de 2021;
- (iv) declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, nº 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Fundo e respetiva Sociedade Gestora durante a realização da auditoria;
- (v) informamos que não prestámos ao Fundo quaisquer serviços distintos da auditoria.

Sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo

Nos termos do n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo, aprovado pela Lei n.º 16/2015, de 24 de fevereiro, devemos pronunciar-nos sobre o seguinte:

- (i) o adequado cumprimento das políticas de investimentos e de distribuição dos resultados definidas no regulamento de gestão do organismo de investimento coletivo;
- (ii) a adequada avaliação efetuada pela entidade responsável pela gestão dos ativos e passivos do organismo de investimento coletivo, em especial no que respeita aos instrumentos financeiros transacionados fora de mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral e aos ativos imobiliários;
- (iii) o controlo das operações com as entidades referidas no n.º 1 do artigo 147.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;
- (iv) o cumprimento dos critérios de valorização definidos nos documentos constitutivos e o cumprimento do dever previsto no n.º 7 do art.º 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;
- (v) o controlo das operações realizadas fora do mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral;
- (vi) o controlo dos movimentos de subscrição e de resgate das unidades de participação;
- (vii) o cumprimento dos deveres de registo relativos aos ativos não financeiros, quando aplicável.

Sobre as matérias indicadas não identificámos situações materiais a relatar.

Lisboa, 30 de agosto de 2021



João Guilherme Melo de Oliveira, em representação de
BDO & Associados - SROC

**III - BALANÇO DO FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO - SANTANDER
OBRIGAÇÕES CURTO PRAZO REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE
2021**

Fundo de Investimento Mobiliário Aberto - Santander Obrigações Curto Prazo

(valores em Euros)

BALANÇO

Data: 2021-06-30

ACTIVO						CAPITAL E PASSIVO				
Código		2021-06-30			2020-12-31		Código		2021-06-30	2020-12-31
		Bruto	Mv	mv/P	Líquido	Líquido				
	Outros Activos									
32	Activos Fixos Tangíveis das SIM					61	Unidades de Participação	82 422 525	81 610 894	
33	Activos Fixos Intangíveis das SIM					62	Variações Patrimoniais	(160 953 830)	(158 452 856)	
	<i>Total Outros Activos das SIM</i>					64	Resultados Transitados	211 086 304	210 779 615	
						65	Resultados Distribuídos			
	Carteira de Títulos					67	Dividendos antecipados das SIM			
21	Obrigações	103 000 819	292 779	(786 255)	102 507 343	66	Resultado Líquido do Período	(140 265)	306 689	
22	Acções						<i>Total do Capital do OIC</i>	<u>132 414 734</u>	<u>134 244 342</u>	
23	Outros Títulos de Capital						Provisões Acumuladas			
24	Unidades de Participação					481	Provisões para Encargos			
25	Direitos						<i>Total de Provisões Acumuladas</i>			
26	Outros Instrumentos da Dívida	9 624 895			9 624 895					
	<i>Total da Carteira de Títulos</i>	<u>112 625 714</u>	<u>292 779</u>	<u>(786 255)</u>	<u>112 132 237</u>		Terceiros			
						421	Resgates a Pagar aos Participantes			
	Outros Activos					422	Rendimentos a Pagar aos Participantes			
31	Outros activos					423	Comissões a Pagar	40 995	42 132	
	<i>Total de Outros Activos</i>					424+...+429	Outras contas de Credores	16 771	16 763	
						43+12	Empréstimos Obtidos			
	Terceiros					44	Pessoal			
411+...+ 418	Contas de Devedores					46	Accionistas			
424	Estado e Outros Entes Públicos	366			366		<i>Total de Valores a Pagar</i>	<u>57 765</u>	<u>58 895</u>	
	<i>Total de Valores a Receber</i>	<u>366</u>			<u>366</u>		Acréscimos e diferimentos			
						55	Acréscimos de Custos	3 823	1 215	
	Disponibilidades					56	Receitas com Provento Diferido			
11	Caixa					58	Outros Acréscimos e Diferimentos	71		
12	Depósitos à Ordem	9 388 013			9 388 013	59	Contas transitórias passivas			
13	Depósitos a Prazo e com Pré-aviso	10 300 000			10 300 000		<i>Total de Acréscimos e Diferimentos Passivos</i>	<u>3 894</u>	<u>1 215</u>	
14	Certificados de Depósito									
18	Outros Meios Monetários									
	<i>Total das Disponibilidades</i>	<u>19 688 013</u>			<u>19 688 013</u>					
							TOTAL DO CAPITAL E PASSIVO	<u>132 476 393</u>	<u>134 304 451</u>	
	Acréscimos e diferimentos									
51	Acréscimos de Proveitos	655 758			655 758		Valor Unitário da Unidade Participação-Classe A	<u>11,2391</u>	<u>11,2547</u>	
52	Despesas com Custo Diferido	18			18		Valor Unitário da Unidade Participação-Classe C	<u>5,0233</u>	<u>5,0248</u>	
58	Outros acréscimos e diferimentos									
59	Contas transitórias activas									
	<i>Total de Acréscimos e Diferimentos Activos</i>	<u>655 776</u>			<u>655 776</u>					
	TOTAL DO ACTIVO	<u>132 969 869</u>	<u>292 779</u>	<u>(786 255)</u>	<u>132 476 393</u>					
	Número total de Unidades de Participação em circulação- Classe A				<u>7 965 377</u>					<u>8 367 151</u>
	Número total de Unidades de Participação em circulação- Classe C				<u>8 538 404</u>					<u>7 975 277</u>

Relatório e Contas referente ao período findo em 30 de Junho de 2021

(valores em Euro)

CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

Data: 2021-06-30

DIREITOS SOBRE TERCEIROS				RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS			
Código		2021-06-30	2020-12-31	Código		2021-06-30	2020-12-31
	Operações Cambiais				Operações Cambiais		
911	À vista			911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)			912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais			913	Swaps cambiais		
914	Opções			914	Opções		
915	Futuros			915	Futuros		
	<i>Total</i>				<i>Total</i>		
	Operações Sobre Taxas de Juro				Operações Sobre Taxas de Juro		
921	Contratos a prazo (FRA)			921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro			922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro			923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções			924	Opções		
925	Futuros			925	Futuros		
	<i>Total</i>				<i>Total</i>		
	Operações Sobre Cotações				Operações Sobre Cotações		
934	Opções			934	Opções		
935	Futuros			935	Futuros		
	<i>Total</i>				<i>Total</i>		
	Compromissos de Terceiros				Compromissos Com Terceiros		
942	Operações a prazo (reporte de valores)			941	Subscrição de títulos		
944	Valores recebidos em garantia			942	Operações a prazo (reporte de valores)		
945	Empréstimos de títulos			943	Valores cedidos em garantia		
	<i>Total</i>				<i>Total</i>		
	<i>TOTAL DOS DIREITOS</i>				<i>TOTAL DAS RESPONSABILIDADES</i>		
99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA			99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA		

**IV - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO
ABERTO - SANTANDER OBRIGAÇÕES CURTO PRAZO REFERENTE AO PERÍODO FINDO
EM 30 DE JUNHO DE 2021**

Fundo de Investimento Mobiliário Aberto - Santander Obrigações Curto Prazo

(valores em Euros)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Data: 2021-06-30

CUSTOS E PERDAS				PROVEITOS E GANHOS			
Código		2021-06-30	2020-06-30	Código		2021-06-30	2020-06-30
	Custos e Perdas Correntes				Proveitos e Ganhos Correntes		
	Juros e Custos Equiparados				Juros e Proveitos Equiparados		
711+...+718	De Operações Correntes	272 387	287 034	812+813	Da Carteira de Títulos e Outros Activos	942 081	731 747
719	De Operações Extrapatrimoniais			811+814+817+818	De Operações Correntes		6 561
	Comissões e Taxas			819	De Operações Extrapatrimoniais		
722+723	Da Carteira de Títulos e Outros Activos	1 836	844		Rendimentos de Títulos e Outros Activos		
724+...+728	Outras, de Operações Correntes	200 130	192 005	822+...+824+825	Da Carteira de Títulos e Outros Activos		
729	De Operações Extrapatrimoniais			829	De Operações Extrapatrimoniais		
	Perdas em Operações Financeiras				Ganhos em Operações Financeiras		
732+733	Na Carteira de Títulos e Outros Activos	1 458 093	2 671 841	832+833	Na Carteira de Títulos e Outros Activos	886 488	1 884 700
731+738	Outras, em Operações Correntes			831+838	Outros, em Operações Correntes		
739	Em Operações Extrapatrimoniais			839	Em Operações Extrapatrimoniais		
	Impostos				Reposição e Anulação de Provisões		
7411+7421	Imposto sobre o Rendimento de Capitais e Incrementos Patrimoniais			851	Provisões para Encargos		
7412+7422	Impostos Indirectos	40 568	38 098	87	Outros Proveitos e Ganhos Correntes	6 215	17 992
7418+7428	Outros impostos				<i>Total dos Proveitos e Ganhos Correntes (B)</i>	<u>1 834 784</u>	<u>2 641 000</u>
	Provisões do Exercício						
751	Provisões para Encargos						
77	Outros Custos e Perdas Correntes	1 863	1 895	89	Outros Proveitos e Ganhos das SIM		
	<i>Total dos Custos e Perdas Correntes (A)</i>	<u>1 974 877</u>	<u>3 191 717</u>		<i>Total dos Outros Proveitos e Ganhos das SIM (D)</i>		
79	Outros Custos e Perdas das SIM				Proveitos e Ganhos Eventuais		
	<i>Total dos Outros Custos e Perdas das SIM (C)</i>						
	Custos e Perdas Eventuais			881	Recuperação de Incobráveis		
781	Valores Incobráveis			882	Ganhos Extraordinários		
782	Perdas Extraordinárias			883	Ganhos Imputáveis a Exercícios Anteriores		
783	Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores			888	Outros Proveitos e Ganhos Eventuais	3	
788	Outras Custos e Perdas Eventuais	175			<i>Total dos Proveitos e Ganhos Eventuais (F)</i>	<u>3</u>	
	<i>Total dos Custos e Perdas Eventuais (E)</i>	<u>175</u>					
63	Impostos Sobre o Rendimento do Exercício						
66	Resultado Líquido do Período			66	Resultado Líquido do Período	<u>140 265</u>	<u>550 718</u>
	TOTAL	<u><u>1 975 052</u></u>	<u><u>3 191 717</u></u>		TOTAL	<u><u>1 975 052</u></u>	<u><u>3 191 717</u></u>
(8x2/3/4/5)-(7x2/3)	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Activos	368 640	(56 239)	F-E	Resultados Eventuais [(F)-(E)]	(172)	
8x9-7x9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais			B+D+F-A-C-E+74	Resultados Antes de Impostos	(99 697)	(512 620)
B-A	Resultados Correntes [(B)-(A)]	(140 093)	(550 718)	B+D+F-A-C-E	Resultado Líquido do Período	(140 265)	(550 718)

Relatório e Contas referente ao período findo em 30 de Junho de 2021

**V - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO FUNDO DE INVESTIMENTO
MOBILIÁRIO ABERTO - SANTANDER OBRIGAÇÕES CURTO PRAZO REFERENTE
AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021**

DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS	30-06-2021	30-06-2020
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC		
RECEBIMENTOS:	14 139 656	22 161 019
Subscrições de unidades de participação	13 170 607	22 161 019
Comissão de Subscrição		
Comissão de Resgate		
Out.Receb.s/Unid.OIC	969 049	
PAGAMENTOS:	(22 821 958)	(18 206 422)
Resgates de unidades de participação	(22 821 958)	(18 206 422)
Rendimentos pagos aos participantes		
Fluxo das Operações sobre as Unidades do OIC	(8 682 302)	3 954 597
OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ACTIVOS		
RECEBIMENTOS:	83 330 103	32 873 412
Venda de títulos e outros ativos da carteira	26 237 545	19 219 393
Reembolso de títulos e outros ativos da carteira	55 982 004	13 037 772
Resgates de unidades de participação noutros OIC		
Rendimento de títulos e outros ativos da carteira		
Juros e proveitos similares recebidos	1 110 554	616 247
Outros recebimentos relacionados com a carteira		
PAGAMENTOS:	(73 608 509)	(55 993 619)
Compra de títulos e outros ativos da carteira	(52 696 048)	(52 806 524)
Subscrição de unidades de participação noutros OIC		
Subscrição de títulos e outros ativos	(20 623 280)	(2 799 889)
Juros e custos similares pagos	(272 012)	(287 034)
Comissões de Bolsa suportadas		
Comissões de corretagem		
Outras taxas e comissões	(17 170)	(100 173)
Fluxo das Operações da Carteira de Títulos e Outros Ativos	9 721 594	(23 120 208)
OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS		
RECEBIMENTOS:	0	0
Operações cambiais		
Operações de taxa de juro		
Operações sobre cotações		
Margem inicial em contratos de futuros e opções		
PAGAMENTOS:	0	0
Operações cambiais		
Operações de taxa de juro		
Operações sobre cotações		
Margem inicial em contratos de futuros e opções		
Comissões em contratos de futuros		
Fluxo das Operações a Prazo e de Divisas	0	0
OPERAÇÕES GESTÃO CORRENTE		
RECEBIMENTOS:	0	9 751
Juros de depósitos bancários		9 751
Outros recebimentos correntes		
PAGAMENTOS:	(228 705)	(140 350)
Juros Disp./Emprst.	(319)	
Comissão de gestão	(159 150)	(71 945)
Comissão de depósito	(24 321)	(22 609)
Compras com acordo de revenda		
Impostos e taxas	(44 726)	(42 430)
Outros pagamentos correntes	(190)	(3 366)
Fluxo das Operações de Gestão Corrente	(228 705)	(130 599)
OPERAÇÕES EVENTUAIS		
RECEBIMENTOS:	3	0
Outros recebimentos de operações eventuais	3	
PAGAMENTOS:	0	(1 011)
Outros pagamentos de operações eventuais		(1 011)
Fluxo das Operações Eventuais	3	(1 011)
Saldo dos Fluxos de Caixa do Período:	810 589	(19 297 221)
Disponibilidades no Início do Período:	18 877 424	42 404 022
Disponibilidades no Fim do Período:	19 688 013	23 106 801

VI - DIVULGAÇÕES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2021

VI - DIVULGAÇÕES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2021
(valores expressos em euros)

As notas que se seguem respeitam à numeração definida no Regulamento da CMVM n.º 06/2013 emitido pela CMVM em 12 de setembro de 2013. As Notas que não constam deste Relatório são “não aplicáveis”.

Nota 1 – Capital do Fundo

Os movimentos ocorridos no capital do Fundo durante o período findo em 30 de junho de 2021 apresentam o seguinte detalhe:

Descrição	31-12-2020	Subscrições		Resgates		Distribuição de Resultados	Outros	Resultados do Exercício	30-06-2021
		Categoria A	Categoria C	Categoria A	Categoria C				
Valor base	81 610 894	5 967 407	7 640 524	(7 971 414)	(4 824 886)	-	-	-	82 422 525
Diferença p/Valor Base	(158 452 856)	7 486 939	37 745	(10 002 521)	(23 137)	-	-	-	(160 953 830)
Resultados distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultados acumulados	210 779 615	-	-	-	-	-	306 689	-	211 086 304
Resultados do período	306 689	-	-	-	-	-	(306 689)	(140 265)	(140 265)
Total	134 244 342	13 454 346	7 678 269	(17 973 935)	(4 848 023)	-	-	(140 265)	132 414 734
Nº de Unidades participação									
Categoria A	8 367 151	1 196 377	-	(1 598 150)	-	-	-	-	7 965 377
Categoria C	7 975 277	-	1 528 105	-	(964 977)	-	-	-	8 538 404
Valor Unidades participação									
Categoria A	11,2547	11,2459	-	11,2467	-	-	-	-	11,2391
Categoria C	5,0248	-	5,0247	-	5,0240	-	-	-	5,0233

Em 07 de maio de 2021 foi efetuada a fusão por incorporação, do Popular Obrigações Curto Prazo - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações no Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações Santander Obrigações Curto Prazo, da qual resultou um aumento de 7 504 197,76 euros no capital do fundo (correspondente à emissão de 667 324,53 unidades de participação da Classe A ao valor unitário de 11,2452 euros) e de um aumento de 457 810,14 euros no capital do fundo (correspondente à emissão de 91 119,19 unidades de participação da Classe C ao valor unitário de 5,0243 euros).

A relação entre Participante e Unidades de Participação é a seguinte:

Escalões	Número de participantes	
	Categoria A	Categoria C
Ups >= 25%	-	-
10% <= Ups < 25%	-	2
5% <= Ups < 10%	-	2
2% <= Ups < 5%	1	2
0.5% <= Ups < 2%	7	23
Ups < 0.5%	31 389	292
TOTAL	31 397	321

O valor de cada Unidade de Participação e o valor líquido global do Fundo foi o seguinte:

Fundo de Investimento Mobiliário Aberto - Santander Obrigações Curto Prazo

Ano	Data	Categoria A			Categoria C			Total	
		VLGF	Valor da UP	Nº UP em circulação	VLGF	Valor da UP	Nº UP em circulação	VLGF	Nº UP em circulação
2021	30/jun/21	89 523 859	11,2391	7 965 377	42 890 875	5,0233	8 538 404	132 414 734	16 503 781
	31/mai/21	89 846 417	11,2379	7 994 931	42 990 603	5,0219	8 560 709	132 837 021	16 555 639
	30/abr/21	84 588 596	11,2448	7 522 490	42 777 240	5,0240	8 514 651	127 365 836	16 037 140
	31/mar/21	86 931 144	11,2433	7 731 817	44 518 983	5,0224	8 864 080	131 450 127	16 595 897
	28/fev/21	91 620 249	11,2467	8 146 420	43 742 946	5,0230	8 708 555	135 363 195	16 854 976
31/jan/21	93 211 329	11,2543	8 282 250	41 181 308	5,0256	8 194 357	134 392 637	16 476 607	
2020	31/dez/20	94 170 082	11,2547	8 367 151	40 074 260	5,0248	7 975 277	134 244 342	16 342 427
	30/set/20	95 552 201	11,2335	8 505 979	40 830 744	5,0126	8 145 651	136 382 945	16 651 630
	30/jun/20	96 811 710	11,1872	8 653 805	36 960 464	4,9892	7 408 157	133 772 174	16 061 962
	31/mar/20	95 815 411	11,0521	8 669 437	21 547 306	4,9263	4 373 970	117 362 717	13 043 407
2019	31/dez/19	108 081 604	11,2363	9 618 997	22 286 692	5,0056	4 452 329	130 368 295	14 071 326
	30/set/19	116 574 949	11,2439	10 367 846	20 726 859	5,0063	4 140 178	137 301 808	14 508 024
	30/jun/19	129 051 589	11,2336	11 488 024	21 159 555	4,9989	4 232 819	150 211 144	15 720 843
	31/mar/19	138 051 322	11,2233	12 300 392	21 494 401	4,9916	4 306 072	159 545 723	16 606 465

Nota 3 – Carteira de Títulos

Em 30 de junho de 2021 esta rubrica tinha a seguinte decomposição:

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos Valias	Valor da carteira	Juros corridos	Total
1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS						
Merc. Cot. Oficiais da Bolsa Val. Port.						
-Títulos de Dívida Pública						
PGB float 30/11/21	1 685 350	-	(70 198)	1 615 152	2 844	1 617 996
PGB Float 5/12/22	1 328 695	9 038	-	1 337 733	1 041	1 338 774
PGB 1,6 2/8/22	264 750	-	(9 915)	254 835	1 656	256 491
GOVMAD Float 9/6/22	2 696 000	-	(6 409)	2 689 591	2 580	2 692 171
GOVMAD 0 12/27/22	263 694	-	(86 694)	177 000	56	177 056
SAUDA FLOAT 20/09/22	451 560	19 815	-	471 375	438	471 813
	6 690 049	28 853	(173 216)	6 545 686	8 614	6 554 300
-Outros Fundos Públicos e Equiparados REFER 4.25% 13/12/21						
	2 179 294	-	(37 735)	2 141 559	48 904	2 190 463
	2 179 294	-	(37 735)	2 141 559	48 904	2 190 463
- Obrigações diversas						
NOSPL Float 28/03/22	200 500	2 040	-	202 540	908	203 448
	200 500	2 040	-	202 540	908	203 448
Merc. Cot. Oficiais Bolsa Val. Est. Memb. U.E						
-Outros Fundos Públicos e Equiparados						
PBBGR 0,625 23/2/22	1 209 957	-	(4 329)	1 205 628	2 630	1 208 258
	1 209 957	-	(4 329)	1 205 628	2 630	1 208 258
-Obrigações Diversas						
CMZB 1.25 23/10/23	1 652 320	-	(3 776)	1 648 544	13 753	1 662 297
DB 1.25 08/09/21	302 997	-	(2 127)	300 870	3 041	303 911
ANNGR 3.625 08/10/21	1 084 400	-	(72 990)	1 011 410	26 418	1 037 828
SHAEFF 1.125 26/3/22	803 200	2 200	-	805 400	2 392	807 792
DAGR 1.625 22/08/23	968 967	-	(2 632)	966 335	12 959	979 294
ABHFH 0.5 13/09/21	100 447	-	(287)	100 160	399	100 559
DB Float 16/05/22	702 940	126	-	703 066	227	703 293
KBCBB Float 23/06/24	703 559	-	(318)	703 241	17	703 258
NNGRNV 0.375 31/5/23	101 000	155	-	101 155	32	101 187
UC GIM Float 30/06/23	602 490	726	-	603 216	3	603 219
UBIIM 1.55 28/09/21	262 847	-	(1 843)	261 004	1 040	262 044
UBIIM 1.6% 09/11/21	1 938 570	-	(10 366)	1 928 204	4 415	1 932 620
ISPM 1 13/03/22	404 920	-	(1 972)	402 948	1 205	404 153
NYKRE 0 3/4 07/14/21	100 576	-	(537)	100 039	723	100 762
NYKRE 0.5% 19/01/22	2 018 510	-	(9 790)	2 008 720	4 466	2 013 186
NYKRE 0.25 20/01/23	1 193 235	15 885	-	1 209 120	1 332	1 210 452
TTLINF 4.339 07/7/21	831 258	-	(31 154)	800 104	34 141	834 245
SEVFP 2.75 09/10/23	758 058	-	(10 675)	747 383	13 976	761 359
TDFINF 2,875 19/10/22	1 139 270	-	(4 587)	1 134 683	22 094	1 156 777
RENAUL Float 14/3/22	501 087	483	-	501 570	30	501 599
Renaul 0.75 26/9/22	505 445	-	(365)	505 080	2 856	507 936
ILDFF 0,625% 25/11/2	502 150	-	(1 165)	500 985	1 866	502 851
CAFP Float 12/09/23	896 700	9 627	-	906 327	45	906 372
ILDFF 0.75 11/02/24	998 440	1 080	-	999 520	2 877	1 002 397
PSABFR 0.625 21/6/24	611 340	-	(888)	610 452	103	610 555
VW 0.375 05/07/22	1 005 200	1 820	-	1 007 020	3 709	1 010 729
NYKRE Float 25/03/24	1 725 608	-	(2 199)	1 723 409	129	1 723 538
GM 0.2% 02/09/22	803 000	1 312	-	804 312	1 324	805 636
ISPM Float 26/09/21	200 654	-	(418)	200 236	4	200 240
CCK 0.75 15/02/23	703 850	-	(350)	703 500	1 983	705 483
FCCSER 0.815 04/12/23	815 880	-	(2 440)	813 440	3 733	817 173
FIS 0.125 03/12/22	498 165	4 255	-	502 420	360	502 780
GS Float 21/04/23	800 904	768	-	801 672	21	801 693
FCABNK 0.25 28/02/23	998 830	7 520	-	1 006 350	842	1 007 192
BACRED Floa 23/12/21	340 704	-	(1 690)	339 014	56	339 070
CRTING 3.875 19/1/22	1 553 624	-	(18 419)	1 535 205	25 957	1 561 162
FCAM 3.375 07/07/23	643 171	-	(6 283)	636 888	19 917	656 805
VTRS 0.816% 23/06/22	708 610	-	(1 589)	707 021	125	707 146
CRITERIA 1.625% 4/22	510 850	-	(3 010)	507 840	1 580	509 420
CAIXAB 1 1/2 10/5/23	1 128 050	4 851	-	1 132 901	2 351	1 135 252
FCABNK 0.50 18/09/23	1 096 480	16 280	-	1 112 760	4 310	1 117 070

Fundo de Investimento Mobiliário Aberto - Santander Obrigações Curto Prazo

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos Valias	Valor da carteira	Juros corridos	Total
ASABRE0.155 23/10/24	753 038	2 610	-	755 648	799	756 447
HITTFP4.875 27/10/21	839 730	-	(25 818)	813 912	26 392	840 303
SBBBSS Float 01/2/23	1 001 010	880	-	1 001 890	193	1 002 083
VIESGO2.375 27/11/23	2 559 150	-	(33 918)	2 525 232	33 732	2 558 964
AKFAST Float 12/5/23	1 100 670	430	-	1 101 100	26	1 101 126
FCABNK Float 10/6/23	704 270	-	(700)	703 570	85	703 655
UCGIM 2 4/3/23	1 248 600	-	(5 808)	1 242 792	7 825	1 250 617
ISPIM Float 03/03/23	1 017 200	2 430	-	1 019 630	830	1 020 460
EDP 2.375 23/3/23	630 600	-	(3 324)	627 276	3 904	631 180
HEIGR 2.25 30/3/23	735 280	-	(9 674)	725 606	4 013	729 619
TITIM 5.25% 10/2/22	895 603	-	(17 340)	878 263	17 239	895 501
ARION 1.625 01/12/21	167 972	-	(1 726)	166 246	1 557	167 803
LANBK 1,375% 14/03/22	811 872	-	(3 960)	807 912	3 285	811 197
SPMM 2 3/4 04/05/22	843 400	-	(27 600)	815 800	5 244	821 044
ISP Float 19/4/22	305 535	-	(3 588)	301 947	251	302 198
AQUA 1.413 8/6/22	721 980	-	(14 973)	707 007	623	707 630
VW Float 06/07/21	799 493	547	-	800 040	-	800 040
CABK 1.125 12/1/23	1 624 865	7 487	-	1 632 352	8 384	1 640 736
SANTAN Float 28/3/23	1 101 848	8 954	-	1 110 802	19	1 110 821
BACRED 0.625 27/9/22	606 990	-	(282)	606 708	2 846	609 554
GS Float 26/9/23	2 691 653	16 582	-	2 708 235	18	2 708 253
UBIIM 0.75 17/10/22	608 334	-	(240)	608 094	3 168	611 262
SANTAN Floa 21/11/24	807 088	-	(200)	806 888	180	807 068
SOCGEN 0.5 13/1/23	1 782 198	38 070	-	1 820 268	4 167	1 824 435
LPTY Float 11/01/22	300 150	-	(1 203)	298 947	-	298 947
BNP Float 19/01/23	992 750	13 510	-	1 006 260	-	1 006 260
BBVASM Float 09/03/23	1 259 081	50 331	-	1 309 412	43	1 309 455
GM Float 26/3/22	535 786	262	-	536 048	1	536 049
SANUK Float 27/03/24	993 600	16 490	-	1 010 090	26	1 010 116
NIBCAP 1.125 19/4/23	1 419 740	12 936	-	1 432 676	3 150	1 435 826
BAC FLOAT 25/4/24	1 510 200	-	(60)	1 510 140	443	1 510 583
VW 0.625 08/09/21	503 000	-	(1 895)	501 105	2 534	503 639
ALDFP Float 16/7/21	199 596	436	-	200 032	35	200 067
ISPIM 2.125 30/08/23	737 654	-	(3 914)	733 740	12 430	746 170
AMSSM Float 18/3/22	1 902 000	-	(1 316)	1 900 684	-	1 900 684
SYDBDC 1.375 18/9/23	881 457	-	(4 742)	876 715	9 158	885 873
CABKSM 1.75 24/10/23	1 254 444	-	(3 876)	1 250 568	14 384	1 264 952
VW 1.25% 01/08/22	306 492	-	(1 284)	305 208	3 432	308 640
VW 0.625 01/04/22	996 780	10 480	-	1 007 260	1 558	1 008 818
ORGAU 3 1/2 04/10/21	2 159 510	-	(138 550)	2 020 960	51 781	2 072 741
PSABFR 0.5 12/04/22	1 112 080	-	(5 194)	1 106 886	1 205	1 108 091
ISLBN 1.125 12/4/22	1 010 010	-	(480)	1 009 530	2 466	1 011 996
	75 651 014	249 523	(503 535)	75 397 002	444 235	75 841 237
Merc. Cot. Oficiais B. V. Est. Memb. não EU						
-Obrigações Diversas						
FCAIM 4 3/4 07/15/22	1 059 520	-	(8 480)	1 051 040	45 678	1 096 718
BAER 0% 25/06/24	1 000 000	810	-	1 000 810	-	1 000 810
T 1.3 05/09/23	1 443 624	-	(3 164)	1 440 460	14 909	1 455 369
BATSLN .875 13/10/23	1 124 290	-	(5 172)	1 119 118	6 883	1 126 001
KHC 2 30/06/23	358 575	3 497	-	362 072	19	362 091
BATSLN 1 05/23/22	655 395	-	(358)	655 037	695	655 732
GS 0.01 30/04/24	999 900	900	-	1 000 800	17	1 000 817
BAC Float 24/08/25	916 362	-	(378)	915 984	432	916 416
MYL 2 1/4 11/22/24	883 567	-	(1 724)	881 843	11 239	893 082
FCE 0.869% 13/09/21	1 002 310	-	(410)	1 001 900	6 928	1 008 828
CS Float 16/01/26	1 114 212	-	(7 708)	1 106 504	1 073	1 107 577
Kellogg 0.8 17/11/22	915 750	-	(1 926)	913 824	4 458	918 282
BATSLN 3.625 9/11/21	2 058 700	-	(31 100)	2 027 600	46 479	2 074 079
F Float 1/12/21	696 080	3 717	-	699 797	-	699 797
NWG 0.625 02/03/22	1 009 800	-	(2 520)	1 007 280	2 072	1 009 352
MO 1 15/02/23	1 020 600	-	(4 500)	1 016 100	3 726	1 019 826
NGGLN 0.75 08/08/23	811 320	3 439	-	814 759	5 375	820 134
	17 070 005	12 363	(67 440)	17 014 928	149 984	17 164 911
Outros Instrumentos de Dívida						
- Papel Comercial						
Pc Accion .002% 7/21	599 970	-	-	599 970	23	599 993
Pc Brisa 0% 09/7/21	200 000	-	-	200 000	-	200 000
PC CAF 0% 2/7/21	400 000	-	-	400 000	-	400 000
PC CAF 0.01 10/9/21	299991,86	-	-	299 992	2,3	299 994
PC ECI .01 20/7/21	800 000	-	-	800 000	8	800 008
Pc EDA 0.0% 7/7/21	500 000	-	-	500 000	-	500 000
Pc EDA 0.0% 28/7/21	400 000	-	-	400 000	-	400 000
PC FCC 0.08 20/9/21	599 832	-	-	599 832	60	599 892
PC FCC .02 7/9/21	276987,23	-	-	276 987	2,31	276 990
PC FCC -.04 19/7/21	1 900 000	-	-	1 900 000	-	1 900 000
PC FCC -.04 19/7/21	100 000	-	-	100 000	-	100 000
PC Masm 0.20 07/21	299 903	-	-	299 903	62	299 965
PC Masm 0.23 09/21	699 586	-	-	699 586	71	699 656
Pc Sonae 0% 19/7/21	1050000	-	-	1 050 000	-	1 050 000
PC Técn. .47 27/9/21	499 241	-	-	499 241	193	499 434
PC Urbaser 0.01 9/21	999 384	-	-	999 384	62	999 446
	9 624 895	-	-	9 624 895	484	9 625 378
TOTAL	112 625 714	292 779	(786 255)	112 132 238	655 758	112 787 995

O movimento ocorrido na rubrica Disponibilidades, durante o período findo em 30 de junho de 2021 foi o seguinte:

Descrição	31-12-2020	Aumentos	Reduções	30-06-2021
Numerário	-	-	-	-
Depósitos à ordem	8 577 424	97 893 969	97 083 379	9 388 013
Depósitos a prazo e com pré-aviso	10 300 000	-	-	10 300 000
Certificados de depósito	-	-	-	-
Outras contas de disponibilidades	-	-	-	-
TOTAL	18 877 424	97 893 969	97 083 379	19 688 013

Nota 4 – Princípios Contabilísticos e Critérios Valorimétricos

As demonstrações financeiras do Fundo foram preparadas de acordo com o definido pela Lei nº 16/2015 de 24 de fevereiro e pelas Normas Regulamentares emitidas pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sobre a contabilização das operações dos Organismos de Investimento Coletivo.

a) Carteira de Títulos

A valorização dos ativos que compõem a carteira do Fundo é efetuada de acordo com as seguintes regras:

Para valores mobiliários cotados

- Encontrando-se admitidos à negociação em mais do que um mercado regulamentado, o valor a considerar reflete os preços praticados no mercado que apresente maior quantidade, frequência e regularidade de transacções.
- Para a valorização de ativos cotados, é tomada como referência a cotação de fecho ou o preço de referência divulgado pela entidade gestora do mercado onde os valores se encontram cotados do dia da valorização ou o último preço conhecido quando aqueles não existam.
- Para a valorização de Obrigações cotadas ou admitidas à negociação num mercado regulamentado, é considerado o preço disponível no momento de referência do dia a que respeita a valorização.
- No caso de não existir preço disponível, é considerada a última oferta de compra firme, ou na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, difundidas por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que estas entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora.
- Na indisponibilidade do ponto acima referido, é considerado o valor resultante da aplicação de modelos teóricos que a Entidade Gestora considere mais apropriados atendendo às características do título, nomeadamente o modelo dos cash-flows descontados.
- Para a valorização de instrumentos derivados, cotados ou admitidos à negociação num mercado regulamentado, é considerado o preço de referência do dia a que respeita a valorização.

Para valores mobiliários não cotados

- A valorização de valores em processo de admissão à cotação tem por base a valorização de valores mobiliários da mesma espécie, emitidos pela mesma entidade e admitidos à cotação, tendo em conta as características de fungibilidade e liquidez entre as emissões.
- A valorização dos ativos não cotados tem em conta o seu presumível valor de realização e assentará em critérios que tenham por base o valor das ofertas de compra firmes ou, na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e de venda, difundidas através de entidades especializadas, desde que estas entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora.
- Na impossibilidade de aplicação do referido, recorrem-se a modelos de avaliação utilizados e reconhecidos universalmente nos mercados financeiros, assegurando-se que os pressupostos utilizados na avaliação têm aderência a valores de mercado.
- Para a valorização das Obrigações não cotadas nem admitidas à negociação em mercado regulamentado, será considerado o presumível valor de oferta de compra firme ou, na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, difundidas por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que estas entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora. Na indisponibilidade deste, num prazo máximo de 15 dias, será considerado o valor resultante da aplicação de modelos de avaliação universalmente aceites nos mercados financeiros que a Entidade Gestora considere mais apropriado atendendo às características dos títulos.
- São equiparados a valores não cotados, para efeitos de valorização, os valores cotados que não sejam transaccionados nos 15 dias que antecedem a respetiva valorização.
- Para a valorização de instrumentos financeiros derivados OTC, será considerado o preço de compra ou de venda firme, consoante se trate de posições compradas ou vendidas respetivamente; na indisponibilidade deste será considerado, o valor médio das ofertas de compra e venda, difundidas por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que as entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora. Na ausência deste último, será considerado o valor resultante da aplicação do modelo de avaliação *Black-Scholes*, à exceção dos *Credit Default Swaps* com maturidade inferior a doze meses os quais serão valorizados ao valor de amortização, caso não ocorram eventos de crédito que possam originar variações no preço do valor de amortização.

Valorização cambial

- Os ativos denominados em moeda estrangeira serão avaliados ao câmbio indicativo do Banco de Portugal do próprio dia, difundido através do sistema “Reuters”.

b) Valorização das Unidades de Participação

O valor líquido do Fundo é determinado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação.

O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo à soma dos valores que o integram o montante de comissões e encargos suportados até ao momento da valorização da carteira.

A rubrica de Variações Patrimoniais resulta da diferença entre o valor de subscrição ou resgate relativamente ao valor base da unidade de participação, na data de subscrição ou resgate, respetivamente.

c) Contratos de “Futuros”

As posições abertas em contratos de Futuros são refletidas em contas extra-patrimoniais, sendo valorizadas diariamente com base nas cotações de mercado. Os lucros e prejuízos realizados ou potenciais são reconhecidos em proveitos ou custos do exercício na rubrica “Ganhos ou Perdas em Operações Financeiras”, sendo os ajustamentos de cotações diários refletidos em contas de “Acréscimos e diferimentos” e transferidos no dia seguinte para a conta de depósitos à ordem associada.

A margem inicial associada aos respetivos contratos é registada na rubrica “Contas de devedores”.

d) Especialização dos exercícios

O Fundo regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Nota 12 – Exposição ao Risco de Taxa de Juro

À data de 30 de junho de 2021 o Fundo detinha ativos de taxa de juro fixa cuja maturidade é seguinte:

Maturidades	Montante em Carteira (A)	Extra-Patrimoniais (B)				Saldo (A)+(B)
		FRA	Swaps (IRS)	Futuros	Opções	
de 0 a 1 ano	29 173 158	-	-	-	-	29 173 158
de 1 a 3 anos	39 481 797	-	-	-	-	39 481 797
de 3 a 5 anos	1 649 529	-	-	-	-	1 649 529
de 5 a 7 anos	-	-	-	-	-	-
mais de 7 anos	-	-	-	-	-	-

O valor apresentado inclui o valor total do ativo em carteira incluindo o respetivo juro decorrido.

Nota 14 – Perdas Potenciais em Produtos Derivados

O cálculo da exposição global em instrumentos financeiros derivados é efetuado pelo Fundo através da abordagem baseada nos compromissos, a qual corresponde, conforme definido pelo Artigo 17º do Regulamento nº 2/2015, ao somatório, em valor absoluto, dos seguintes elementos:

- a) Valor de posições equivalentes nos ativos subjacentes relativamente a cada instrumento financeiro derivado para o qual não existam mecanismos de compensação e de cobertura do risco;
- b) Valor de posições equivalentes nos ativos subjacentes relativamente a instrumentos financeiros derivados, líquidas após a aplicação dos mecanismos de compensação e de cobertura do risco existentes; e
- c) Valor de posições equivalentes nos ativos subjacentes associadas a técnicas e instrumentos de gestão, incluindo acordos de recompra ou empréstimo de valores mobiliários.

Apresenta-se de seguida o cálculo reportado a 30 de junho de 2021:

	Perda potencial no final do período em análise	Perda potencial no final do exercício anterior
Carteira sem derivados	132 414 734	134 244 342
Carteira com derivados	132 414 734	134 244 342
	0,00%	0,00%

Nota 15 – Custos Imputados

No período findo em 30 de junho de 2021 foram imputados ao Fundo os seguintes custos:

Encargos	Categoria A		Categoria C	
	Valor	%VLGF ⁽¹⁾	Valor	%VLGF ⁽¹⁾
Comissão de Gestão Fixa	138 556	0,15%	19 898	0,05%
Comissão de Depósito	16 216	0,02%	7 737	0,02%
Taxa de Supervisão	6 811	0,01%	3 250	0,01%
Custos de Auditoria	1 261	0,00%	602	0,00%
Encargos outros OIC	-	-	-	-
Outros Custos Correntes	10 198	0,01%	4 866	0,01%
TOTAL	173 043		36 353	

⁽¹⁾ Valor médio relativo ao período de referência

Nota 16 – Comparabilidade das demonstrações financeiras

Em 07 de maio de 2021 foi efectuada uma fusão por incorporação do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Popular Obrigações Curto Prazo no Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Santander Obrigações Curto Prazo, pelo que as demonstrações financeiras comparativas e os resultados das operações de 2020 não são comparáveis.

Nota 17 – Factos relevantes (Pandemia Covid19)

Na sequência da Pandemia Covid-19, decretada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 11 de março de 2020, a Administração da sociedade gestora tomou um conjunto de medidas de minimização dos riscos e ativou o seu plano de contingência, tendo reforçado os procedimentos já existentes de monitorização de liquidez e rendibilidade do Fundo.

A Sociedade Gestora continuará a acompanhar a evolução da situação económica em Portugal e os seus efeitos, considerando que as atuais circunstâncias excepcionais decorrentes da pandemia não colocam em causa a continuidade das operações do Fundo.